

Espaço urbano central elitista de Cachoeira do Sul (RS): a invasão dos *outsiders* nos anos 1930-1940

Elitist urban central area of Cachoeira do Sul (RS):
The invasion of outsiders in the years 1930-1940

Jeferson Francisco Selbach¹
jfselbach@hotmail.com

Resumo. O propósito deste artigo foi analisar a visão da elite local dos anos 1930-1945 sobre a intensificação da chegada dos *outsiders*, subalternos oriundos da zona agrícola, no espaço urbano central de Cachoeira do Sul (RS), visão essa materializada nas páginas da imprensa no período. O método empregado foi o da fragmentação e remontagem com base em notícias, crônicas, etc. da imprensa cachoeirense, em especial o *Jornal do Povo*. Em linhas gerais, conclui que a chegada dos subalternos na zona urbana modificou o cotidiano no território eminentemente elitista, refletido na diferenciação explícita na forma de narrar, valorativa para a elite e desvalorativa para os *outsiders*.

Palavras-chave: elite, *outsiders*, território, imprensa, urbano, cotidiano.

Abstract. This article analyzes the local elite's view of the intensification of the arrival of outsiders, lower class people coming from agricultural areas, to the central urban space of Cachoeira do Sul (Rio Grande do Sul State) in the years 1930-1945 as this view is expressed in the press at that time. The method employed consists of the fragmentation and reassembly on the basis of news reports, chronicles, etc. of the local press, particularly of the *Jornal do Povo*. In general, it concludes that the arrival of the outsiders to the urban area modified daily life in that eminently elitist territory. This is reflected in an explicit differentiation made in the narrative form, which values the elite and undervalues outsiders.

Key words: elite, outsiders, territory, press, urban, daily life.

Nostalgia: hoje e ontem

Nos anos 1980-1990, a imprensa de Cachoeira do Sul (RS), em especial o *Jornal do Povo* (JP), potencializou fortemente certa nostalgia ao passado perdido. Esse saudosismo dos “bons tempos”, de lembrar nostalgicamente o passado como o tempo perfeito e idealizado, foi consequência do crescimento em menor grau do que outras cidades, na segunda metade do século XX, o que tirou dela muito do prestígio econômico de outrora, fruto das lavouras rizícolas irrigadas por locomóveis nos anos 1910-1920.

¹ Universidade Federal do Maranhão. Licenciado em Ciências Sociais (UNISINOS), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e Doutor em História (UNISINOS). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós Graduação Cultura e Sociedade (PGCult).

Além disso, o intenso processo de urbanização, visto de maneira geral em todo o Brasil, retirou da elite cachoeirense, moradora da área central, já nos anos 1930-1945, a condição de exclusividade deste espaço. A chegada dos subalternos modificaria o cotidiano no território eminentemente elitista. Tal perda territorial ficaria latente nas gerações seguintes. Os escritos jornalísticos dos anos 1980-1990, ao remeterem a narrativa ao tempo da segregação social explícita que marcou o fazer urbano até a explosão da subalternidade, reivindicavam tacitamente o desejo do seu retorno.

Objetivo neste artigo analisar a visão da elite local dos anos 1930-1945 sobre a intensificação da chegada dos *outsiders* (cf. conceito de Elias e Scotson, 2000), subalternos oriundos da zona agrícola, no espaço urbano central de Cachoeira do Sul, visão essa materializada nas páginas da imprensa no período. Comparo a nostalgia potencializada pela imprensa cachoeirense dos anos 1980-1990 ao que Benjamin (1987) denunciou de historicismo, olhar histórico que carrega os despojos do passado dos vencedores no cortejo triunfal do presente. Para Benjamin, realizar a contraleitura seria olhar o passado de forma a detectar as falhas que estruturam o presente, única maneira que permitiria a “redenção”. Dar uma espécie de “salto de tigre em direção ao passado”, para buscar o “tempo-do-agora”, saturado de experiências e orientado para a construção das condições de emergência do presente. Ao detectar essas pequenas falhas que estruturam o sentido do passado, o crítico que lança o olhar retrospectivo corrigiria decisivamente a concepção historicista, nesse caso também a nostálgica.

Utilizei como fonte de pesquisa a imprensa cachoeirense, em especial o *Jornal do Povo*, que circula na região ininterruptamente desde 29 de junho de 1929. Selecionei fragmentos de notícias, entre reportagens, crônicas, apêditos, etc., no período de 1929 até 1948, para tentar enxergar como o jornal constrói uma imagem de cidade e daqueles que nela habitam ou estão ligados de alguma maneira, mesmo que essa imagem se refira à parte que lê o jornal e, por conseguinte, forma alguma opinião acerca do narrado, mas que, de alguma forma, por força do poder simbólico que carrega, muitas vezes impregna a visão de toda comunidade, ou mesmo passa a valer como se fosse de todos; mas também, numa retroação, como a comunidade alimenta os acontecimentos narrados no jornal. Entendo que tal documento, como fonte historiográfica, permite radiografar as práticas cotidianas, principalmente as rupturas ou mudanças nos padrões de comportamento da elite da época. Com a missão diária de forçar a atenção do leitor, o jornal acaba simplificando e desfigurando a realidade ao mediá-la. Uma leitura atenta dessa fonte,

contrapondo-a às outras fontes históricas, permite revelar o processo de doutrinação simbólica que se constrói através de pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis, não de forma arbitrária, mas tornados reconhecidos de forma natural (Bourdieu, 1998).

O *Jornal do Povo* surge no contexto da amálgama entre imprensa e política partidária, fortemente amparada a partir do Estado Novo. Desde seu surgimento, adotou a postura “oficialista”, com frequentes declarações de imparcialidade e comentários opinativos revelando o engajamento político. Na revolução de 1930, o fundador, major Virgílio Carvalho de Abreu, solidarizou-se com Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, ao estalar o movimento revolucionário. Cinco anos depois, era presidente do Poder Legislativo Municipal. O editorial do primeiro número (30 de junho de 1929) já trazia as modificações pró-Vargas, afirmando que o aparecimento do novo jornal corresponderia à “aspiração de ocupar um lugar, bem que obscuro, entre os dignos órgãos da imprensa riograndense, que, em geral, se amoldaram às exigências do estado evolucionar a que chegou o nosso Estado, manifestado no seu duplo aspecto: político e administrativo”. Adotando no nome o verbete “povo”, o jornal procurava passar a idéia de conjunto, de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses, história e tradições comuns, portanto algo que uniria os desiguais da elite, os militantes de diferentes agremiações, nas mesmas páginas impressas. Contrariando seu próprio discurso de independência partidária, o editorial explicitava que seguiria a “corrente liberal”, a mesma que o major Virgílio de Abreu levantava no PRL local. Assim, defendeu ideais que se coadunavam com o exigido pelo governo Vargas, que se instalara a partir do golpe de 1930.

Neste contexto ideológico, algo que perpassou e sobreviveu às mudanças administrativas do *Jornal do Povo* foi o fato dos editores defenderem veementemente os ideais da elite. Ao longo do período analisado, o jornal seria reconhecido pelo discurso em favor dos interesses de uma minoria, moradora do centro urbano. Essa luta pôde ser vista nos mais diferentes aspectos: instalação dos telefones automáticos, necessidade de maior força motriz, melhoria da infraestrutura rodoviária, ferroviária e fluvial, como a plena navegação do rio Jacuí e o porto para escoar a produção dos rizicultores, exigência da intervenção estatal para financiamento da produção de arroz, promoção da *Festa do Arroz*, cujos festejos tiveram caráter eminentemente elitista, como o concurso da escola da rainha. Em críticas como a falta de espaço na zona central que, devido ao crescimento populacional, resultou na expansão dos subúrbios, exigindo terraplanagem e encascalhamento das ruas, construção de pontilhões para

o acesso e infraestrutura como água, esgoto e luz elétrica. Algo que, na visão do jornal, tornaria “muito feio” o município, além de acarretar aumento de impostos. Por isso comumente denunciava a higiene das vilas, assunto tratado como caso de polícia por conta das desordens e conflitos, exigia a remoção de animais que estivessem sendo criados para consumo nos domicílios, imputando aos moradores dos subúrbios a responsabilidade na utilização de terrenos baldios e sangas para depósito de lixo, mesmo que inexistisse a coleta nos subúrbios.

Essa interposição aparecia fortemente nas questões urbanas, manutenção do espaço citadino frente ao êxodo dos subalternos, algo que desencadeou reclames sobre os aspectos fisionômicos, como praças e construções, a beleza arquitetônica da zona central. O jornal defendeu ardorosamente, nesses anos analisados, a manutenção de serviços como varrição das ruas, iluminação pública e ordenação do espaço. Fez distinção social através da religião, tratando de forma diferente outras congregações, preocupou-se com a estética das duas praças centrais, com as regras de convívio e etiqueta, exigindo elegância dos frequentadores, valorizou as recepções oferecidas em ambientes privados, o empolamento aristocrático dos eventos sociais, deu sobrevida e perpetuou a diferenciação social através dos relacionamentos afetivos, condenou as desonradas ao fazer campanha em nome da moralidade da sociedade cachoeirense para combater a prática do aborto, exigiu reverência aos mortos, mesmo noticiando os falecimentos de formas distintas, incentivou o banho ao ar livre e os esportes praticados em público, como tênis, vôlei, basquete, o hóquei e a patinação, o lazer em público nos cafés e confeitarias, nos cinemas, teatros e recitais, nos clubes e sociedades, distinguiu claramente os bailes e carnavais, criticou o entretenimento dos subalternos, como os circos e parques de diversões, culpou os *outsiders* pela desordem e turbulência, imputou aos moradores suburbanos pechas de toda ordem.

Pode-se afirmar que esse caráter elitista permaneceu, mesmo que residualmente, nos anos seguintes. Em vários momentos dos anos 1980-1990, a nostalgia aparece com muita força nas páginas do *Jornal do Povo*, nas matérias elogiando algo do passado perdido: no carnaval anos 1930, na feira-livre, no ato de debutar, na representatividade política, nas marcas do passado materializadas nos prédios tidos por ícone de um certo tempo passado, como Casa da Aldeia, Hospital de Caridade, Cemitério das Irmandades, Prefeitura Municipal, *Chateau d'Eau*, catedral Nossa Senhora da Conceição, praça Balthazar de Bem, Clube Comercial, cinema Coliseu e a Fonte das Águas Dançantes, todos bens muito apreciados pela elite.

O editorial do JP, *Bom dia, leitor!*, foi usado em várias ocasiões para explorar as mazelas cachoeirenses,

quase sempre num misto de fim definitivo, renascimento e resgate da pujança do passado, olhar histórico impregnado da condição simplista que caracteriza o fazer da imprensa. Mesmo entre cronistas, a rememoração mitificada do passado cachoeirense aparece de forma contundente, principalmente entre o mais nostálgico de todos, o médico com pretensões intelectuais, Carlos Eduardo Florence, coincidentemente um dos mais lidos do jornal.

O tempo passado que Florence prestigia é o das grandes transformações urbanas desencadeadas no fim dos anos 1920, quando a parte central da cidade recebeu melhorias para servir de palco à elite. Frequentemente seus escritos comparam as feições urbanas daquele período com as dos anos 1980-1990, que julga de aspecto lúgubre e decadente. Quando sugere modificações, pretende que se assemelhem às do passado. Numa de suas crônicas, chegou a evocar a volta do intendente João Neves da Fontoura (1925-1928), para que a cidade passasse por novas e profundas transformações.

Num típico olhar de quem esquece as mazelas do passado e remete-se somente àquilo que causa simpatia, Florence limita-se a retratar a Cachoeira de outrora com pinceladas homogeneizadas, revelando somente parte da realidade passada e encobrindo a segregação espacial da época. A fisionomia da Cachoeira do passado, valorizada pelo médico-cronista, em muito se diferenciaria dos aspectos do presente, para ele depreciativos. O aumento populacional, por exemplo, provocou o crescimento desordenado, fazendo das novas ruas verdadeiro “labirinto de incongruências”. Este caos urbano teria transformado Cachoeira do Sul num “lugar sofrível para viver”.

Nas ocasiões em que utiliza seus escritos para valorizar a cidade, refere-se a coisas herdadas do tempo em que a cidade provocava orgulho em seus moradores. Resgata a arborização efetuada nos anos 1920, que seria o “aspecto mais civilizado e de bem-estar” do município. Também o *Chateau d'Eau* – que julgou o “mais importante ícone” da cidade – deveria ser constantemente cuidado, com iluminação e ajardinamento especiais, uma vez que atraía as pessoas quando se ligavam suas luzes e sua fonte, produzindo “magia” e “emoções”. Outro aspecto de que a comunidade deveria se orgulhar, segundo o cronista, era da cultura, não a popular e multifacetada, decorrente do aumento populacional de subalternos, mas da erudita, fortaleza inexpugnável da tradicional elite cachoeirense. Foi o incentivo desse tipo de manifestação que lhe rendeu o apelido de “Dr. Cultura” nos meios elitistas.

Entendo que esse ímpeto nostálgico seja fruto da perda do espaço público por parte da elite, principalmente a zona central, onde se materializaram muitos dos ideais

urbanos elitistas nos anos 1920, época em que os subalternos se mantinham nos limites espaciais/simbólicos que lhes eram impostos. Penso a Cachoeira do Sul do passado a partir dessa ideia de nostalgia e idealização. Nostalgia essa exclusiva da elite leitora e dirigente do jornal, que sonha com seu paraíso perdido e quer fazer de suas memórias as memórias de todos os cachoeirenses. Em razão disso, procuro analisar algumas das práticas cotidianas (cf. Certeau, 1994, 1996) dos anos 1930-1945, interstício onde foi grande a ocupação do espaço territorial urbano central pelos subalternos.

Delimitei como recorte espacial a zona urbana central da sede do município de Cachoeira do Sul, pois, como fronteira imaginária (Bourdieu, 2002), possibilita a verificação das relações de forças materiais e simbólicas que se digladiaram dentro de seus limites. Circunscrevi para a análise a área central da cidade, compreendida entre o entorno da praça Balthazar de Bem – já denominada em outros tempos como praça do Prestes, da Igreja, da Matriz, da Conceição e Tamandaré – a leste, onde se localizam a Prefeitura e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, e a antiga estação ferroviária do Largo do Colombo, atual praça Honorato de Souza, que limitava a parte baixa da cidade pelos trilhos do trem, a oeste. As delimitações norte-sul variaram em função do desenvolvimento urbanístico, desde poucas quadras até bairros como o elitista Rio Branco ou mesmo o Santo Antônio. Nesse espaço, foram postos por primeiro os equipamentos urbanos, tais como iluminação e luz elétrica, serviços de água e esgoto, telefone, calçamento e pavimentação, teatro e cinemas, praças arborizadas, ativo comércio, prédios imponentes, estações rodoviária e ferroviária, etc., podendo-se afirmar que se tratava de local privilegiado, diferente dos demais, enfim, espaço elitista ou moderno (Berman, 2007). Em Cachoeira do Sul, o intendente João Neves da Fontoura (1925-1928) consubstanciou tais ideais ao promover reformas urbanas radicais na zona central da cidade, identificando este espaço com a noção de progresso de sua época.

Denomino elite os que moravam neste espaço central, os que, guardadas as devidas proporções, tiveram acesso ao que havia de moderno em sua época, os que se assemelhavam àqueles que Elias (Elias e Scotson, 2000, p. 19) chamou de estabelecidos, habitantes que cultuavam carisma grupal distintivo, cerrando fileiras e estigmatizando os que não pertenciam ao grupo, os que viviam do “lado de fora”, chamados de *outsiders*, pessoas que consideravam de menor valor devido à falta de virtudes humanas superiores. Procuro ver os estigmas que os habitantes tradicionais de Cachoeira lançavam sobre quem chegava de fora, como se constituía a sociodinâmica dessa estigmatização.

A fartura da lavoura rizícola irrigada proporciona melhorias urbanas

O arroz foi o produto que permitiu desenvolver economicamente a região de Cachoeira. Sua introdução foi por conta da migração alemã e italiana. Em termos econômicos, despontaria como base de sustentação do crescimento da região somente com a introdução das primeiras lavouras irrigadas por gravidade, em fins do século XIX e, principalmente no início do XX, com a utilização de irrigação mecanizada. Diferente de outras *commodities*, a orizicultura irrigada foi a primeira a surgir em bases capitalistas, usando maior mão de obra assalariada, arrendamento de terras, tecnologia e, principalmente, produzindo para o mercado em vez de se limitar a exportar o excedente (Müller, 1998, p. 57-62; Pesavento, 1980, 1983).

O desenvolvimento e a própria modernização da lavoura rizícola somente foi possível graças à forte influência da política protecionista do Governo Federal, elevando substancialmente as tarifas sobre o arroz importado. O produto fazia parte dos hábitos alimentares brasileiros, e seu consumo fora intensificado pelo processo de urbanização incipiente. Buscava-se a autossuficiência alimentar do arroz devido ao peso que ele passava a representar na balança comercial de pagamentos (Brum, 1988, p. 64-65).

Neste contexto, o município de Cachoeira pôde despontar como um dos principais a investir na cultura rizícola. Em pouco tempo, o número de lavouras de arroz com levante mecânico aumentou sobremaneira, ultrapassando mais de uma centena. Em 1908, eram 11. Em 1911, o Esboço de Geographia Agrícola e Industrial do Município de Cachoeira enumerou 67 lavouras de arroz irrigado. Em 1916, já eram 129 (Pimentel, 1941, p. 27-28).

Por conta da fartura da lavoura rizícola irrigada foi possível realizar melhorias em termos de infraestrutura urbana. Já na administração do coronel Davi Soares de Barcellos (1893-1904) foram aterradas sangas e abertas ruas, de modo a expandir a ocupação através de novos loteamentos. As praças receberam melhorias, como calçamento, ajardinamento e muramento. Na área da saúde, foi construído o prédio destinado ao Hospital de Caridade. Com o coronel Isidoro Neves da Fontoura (1908-1912), deu-se início aos trabalhos de iluminação elétrica da cidade e fornecimento de força motriz durante o dia, do incipiente serviço de água e esgoto e de melhoria das estradas e comunicações entre os distritos e a sede. A principal rua do centro recebeu macadamização, foi construído o Largo do Colombo e plantadas mudas de árvores nas calçadas.

O início dos anos 1920 foi marcado pela interferência direta dos Estados na saúde da população, através

do saneamento urbano e dos serviços de higiene, ocorrendo nas principais cidades do país. Foi a resposta para as epidemias de massa que atingiam indistintamente tanto imigrantes do campo quanto moradores mais antigos (Hochman, 1993, p. 40-61; Luz, 1982, p. 95; Weber, 1999). A administração de Annibal Loureiro (1920-1924) implementou várias dessas reformas sanitárias. Maior número de moradores do centro viram as pipas serem substituídas por água encanada. Foram iniciadas as obras da segunda hidráulica, com projeto assinado pelo engenheiro carioca Saturnino de Britto, no qual constava o *Chateau d'Eau*, no centro da praça fronteira à igreja.

O marco das transformações urbanas foi na gestão do vice-intendente João Neves da Fontoura (1925-1928), quando 42 quadras da zona central, entre a praça da igreja e a estação ferroviária do Largo do Colombo, receberam melhorias, como iluminação, passeios, meios fios e paralelepípedos nas ruas. No tocante ao asseio público, foram colocados carros motorizados para recolher lixo, instituída a cobrança de taxas para custeio das despesas e exigido que cada prédio tivesse seu vasilhame próprio. Em relação ao abastecimento e saneamento, foi concluída a rede principal para tratamento dos efluentes de esgoto sanitário, abrangendo a maior parte da área edificada da zona central.

À medida que o ambiente urbano se modernizava, a elite moradora do centro procurava sua diferenciação social através de determinadas alterações nas práticas cotidianas, na tentativa de mostrar que eram possuidoras do tão desejado verniz civilizador. Em solenidades públicas que promovia, eram comuns festejos que lembrassem sua distinção, como o carnaval e Batalha das Flores, onde moças e rapazes da elite, empunhando cestos com pétalas de flores, divertiam-se jogando-as uns nos outros.

Nesse contexto de diferenciação social, era comum as moças da elite selecionarem futuros pretendentes a partir do status social, não permitindo aproximação ou contato dos que não possuíssem posição elevada. Muitas moças da elite namoravam visando unicamente a desbancar a rival, demonstrando que, por detrás do véu aristocrata, fervilhavam os ânimos mais apaixonados. Os rapazes não deixavam por menos. Aos sábados de madrugada, grupos percorriam as casas das pretendentes para fazer serenatas. A delicada questão da divisão racial mostrava a verdadeira fronteira da lógica civilizacional. Num episódio que ficou conhecido por Tira o chapéu, os ânimos conturbaram-se porque mulheres negras e pobres, vestindo finos chapéus ganhos de tradicional político local, avançaram no espaço da praça José Bonifácio, pertencente à elite branca.

Foi na formação de associações que mais se refletiram tentativas sistemáticas de construção de identidades próprias de cada grupo social. No espaço de 1930 anos, vários clubes foram fundados em Cachoeira: Sociedade

Atiradores Concórdia (fundado como *Schützen-Verein Eintracht*, em 1896); *Società Italiana Principe Umberto* (1913), Tiro de Guerra n. 254 (1916), Sociedade União Cachoeirense (1920), Clube Comercial (1924) e Sociedade Israelita Cachoeirense (1926).

Na busca pela diferenciação, os esportes assumiram papel preponderante, na medida em que possibilitaram materializar a racionalidade do corpo saudável, tão em voga no período. Entre a elite cachoeirense, o tênis teve grande preferência. Em menor grau, o ciclismo contou com adeptos desde fins do século XIX, chegando a ser fundado um clube em 1896. Entre os alemães da Sociedade Atiradores Concórdia, o tiro e a ginástica foram as principais modalidades esportivas.

Na busca pelo corpo saudável, ganhou força o hábito de banhar-se publicamente. A nova ordem era fortificar e repor a energia que a vida urbana exauria (Corbin, 1989, p. 81). Até a construção de vários trechos ferroviários em todo o Estado, a elite cachoeirense adotou a moda dos banhos terapêuticos no próprio rio. A melhora do acesso ao litoral nos anos 1910-1920 permitiu o deslocamento para as praias, em especial Cassino.

Os requintados ambientes privados também ganharam notoriedade com a pujança econômica e as reformas urbanas dos anos 1910-1920. No contexto desse crescimento e prestígio social e político, os estabelecidos recebiam em suas residências ilustres visitantes, como o poeta Olavo Bilac em 1916, ocasião entre tantas em que podiam mostrar refinamento. Recitais e concertos ocorriam em espaços variados, em clubes ou mesmo salões particulares. Peças teatrais eram encenadas. Havia os cafés, reduto quase exclusivo do sexo masculino, como o Carioca. Além de servirem a tradicional bebida, atraíam assíduos frequentadores por causa dos jogos como carteados e roleta. O surgimento dos cinemas data desta época.

Nos anos que se seguiram a 1930, a característica de distinção social, predominante entre as elites de Cachoeira, começou a sofrer profundas modificações, devido ao considerável aumento do fluxo de migrantes que deixariam de respeitar os limites simbólicos impostos na ocupação do espaço central, gerando protestos por parte da elite e modificações em suas práticas cotidianas.

A invasão dos *outsiders* a partir dos anos 1930

A partir da década de 1930, o mundo ocidental começou a sofrer profundas modificações que resultaram na Segunda Guerra Mundial. A reorganização mundial das forças sociopolítico-econômicas, a incipiente mecanização do campo, o aceno de melhores condições de

vida na cidade e a expectativa de emprego proporcionada pela industrialização nos decênios seguintes puseram em marcha milhões de pessoas, resultando na necessidade de ampliação das fronteiras agrícolas para áreas pouco povoadas ou na migração para centros urbanos maiores, fazendo com que a população das cidades aumentasse exponencialmente, gerando necessidades de melhorias nos serviços urbanos e, conseqüentemente, transformando as relações sociais. Em Cachoeira, o perfil demográfico mudaria gradativamente, com a prevalência do urbano sobre o rural. De quarta parte de moradores urbanos passou à metade já nos anos 1950-1960.

A invasão acentuada dos *outsiders* na zona urbana implicou modificações no fazer cotidiano, como no regimento da conduta social, que servia como fortalecimento e diferenciação da elite. Assim, a razão da elite estabelecer determinadas regras de comportamento ou etiqueta era a vontade de se diferenciar da plebe, como forma de assentar e manter certo distanciamento (cf. Elias, 1994). Nos anos 1930-1940, as regras da fina flor da sociedade cachoeirense eram influenciadas e identificavam-se, em certa medida, com o cosmopolitismo porto-alegrense e o da capital federal, Rio de Janeiro. Estes, por sua vez, também eram frutos da *belle époque* europeia, em especial a parisiense. As regras de civilidade em Cachoeira foram forjadas neste contexto. Em 1935, por exemplo, a coluna Vida Social publicou periodicamente regras de etiqueta, que deveriam ser observadas nos encontros desta elite, principalmente os festivos.

Conquistava-se o passaporte para o pertencimento à minoria cachoeirense através de vários meios, como nos relacionamentos afetivos, que carregavam um segregacionismo racial implícito. Em 1929, um homem negro e bem vestido chamava a atenção de senhoritas brancas. O jornal incita os homens a insurgirem-se contra o que denomina de “atentado”. Em nota publicada, informa sobre “rumores” de que os homens não compreendem a “nobreza de certos sentimentos”. Prevê ainda que o “D. Juan” termine “a beleza de seu romance” na cadeia. De forma natural, conclui que a sociedade era assim mesmo, não admitindo “almas brancas, a não ser em corpos brancos”.

As regras comportamentais se baseavam na moral religiosa, principalmente sob a égide do catolicismo que influenciava a vida de boa parte das pessoas, a elite em especial. Mostra disso foi a escolha de Nossa Senhora da Conceição como padroeira da cidade. Sua estátua foi posta no frontispício da Igreja Matriz. Eram frequentes os apelos para obras e reformas dos templos católicos. O Jornal do Povo propagava os ideais do catolicismo. Por conta disso, o tratamento da imprensa cachoeirense às outras congregações religiosas diferiu daquele dispensado ao catolicismo. Os “mandingueiros”, “macumbeiros”, “pais-de-santo” ou

“médiuns” eram estigmatizados. Visitas de cartomantes tinham espaço somente nos anúncios do jornal. Quando se tratava de notícias, as matérias da redação eram depreciativas. Os que diziam curar as doenças do corpo e do espírito por meio de “mandingas” e “orações” ganhavam a alcunha de “vigaristas”, embora muito dos frequentadores fossem pessoas conhecidas do meio social.

A desigualdade social, impressa nas relações cotidianas dos vivos, mostrava sua forma derradeira na relação com os defuntos, na forma de narrar vida e morte. Para quem fosse da elite, as notícias eram verdadeiros necrológios, recheados de elogios. Para dignificar os defuntos nobres, os redatores do jornal não poupavam expressões encomiásticas. Em se tratando de desconhecidos, as notas de falecimento eram menos pomposas, mais realistas. A brevidade das notas de falecimento dos desconhecidos demonstra a pouca importância que eles tinham no seio desta sociedade excludente.

Os *outsiders* ganhavam maior espaço editorial quando faziam algo inédito, como atentar contra a própria vida. Em fins dos anos 1920 e início dos 1930, a quantidade de suicídios foi considerada tamanha a ponto de ser chamada de epidemia. Aqueles que tirassem sua própria vida não recebiam missa. Isso não impedia que muitos se matassem, principalmente jovens moças desventuradas. A imprensa anunciou que não mais noticiaria os casos registrados, mas a regra valeu somente para as famílias tradicionais, em respeito aos que conviviam socialmente com editores e redatores.

Na busca por estabelecer e manter a diferenciação, o entretenimento foi outro item importante. A mais pública das diversões era o banho ao ar livre. A moda dos banhos de mar em Cidreira e Tramandaí ou no balneário Cassino durou até fins de 1929, quando a crise econômica mundial impôs limites para os gastos com coisas supérfluas, como as longas viagens ao litoral. Por conta disso, após duas décadas de ostracismo, os banhos no Jacuí voltaram à moda entre a alta sociedade nos verões da década de 1930. Com o aumento da frequência de famílias tradicionais, novas regras de civilidade passaram a ser exigidas, principalmente com relação ao vestuário. Os trajes de banho dos moradores da periferia foram considerados inadequados para os padrões moralistas da época. A imprensa passou a exigir fiscalização rígida das autoridades policiais, de modo a proibir a permanência de quem não usasse vestuário “próprio” e “decente”. Apesar das melhorias feitas, em menos de uma década a elite abandonaria os banhos no porto e na cachoeira do Fandango, indo procurar locais mais afastados e restritos, onde não precisasse conviver com os subalternos.

No contexto de lazer ao ar livre, os esportes praticados em público também estiveram em alta. O desportismo

foi elevado à condição de fator de regeneração sociocultural (Jesus, 1998). Os próprios banhos em locais públicos possibilitaram a ascensão do esporte aquático, em especial a natação e o remo. Mas foi o tênis, jogado desde o início do século, que continuou sendo o esporte preferido da elite. O *Jornal do Povo* utilizava expressões valorativas para o esporte: benéfico, elegante, salutar, agradável, notável, aristocrático e “*chic*”.

O lazer em público da elite cachoeirense podia ser em espaços comerciais distintos, como cafés, reduto preferencialmente dos homens, e confeitarias, destinadas às famílias. Para muitas das cidades brasileiras na época, que seguiam o modelo europeu de urbanidade e tinham como ímã a vida nos bulevares parisienses, era imprescindível possuir cafeterias para intelectuais, literatos, jornalistas, homens de negócio, fofoqueiros de plantão, e confeitarias para as famílias distintas.

Na Cachoeira dos anos 1930, era de bom tom passar o *dolce far niente* ouvindo “boa música” distraidamente na elegante Confeitaria Central. Os cavalheiros podiam optar entre os cafés Frísia, Paulista ou ainda o Carioca. O valor do cafezinho podia parecer insignificante no contexto das despesas dos indivíduos. Entretanto, nos centavos gastos diariamente residia o fundamento da seleção entre os espaços público e privado. E mesmo sendo de uso comum a todos, a exigência implícita do consumo nos cafés e confeitarias servia para selecionar os frequentadores.

Como lazer cotidiano dos moradores da zona urbana central de Cachoeira, o cinema seguia lógica semelhante, com a diferença de que os valores do ingresso possibilitaram acesso de maior número de subalternos misturando-se com a elite. Como atividade para as massas, colocava no mesmo espaço elite e subalternos, embora também a posição dos lugares determinasse a classe social a que pertencia o espectador. Até o Brasil declarar guerra contra o Eixo, películas nazistas dividiam espaço com norte-americanas, principalmente nas salas do sul do país, como o Coliseu Cachoeirense.

Lazeres como peças teatrais e recitais foram tidos como divertimentos preferenciais da alta sociedade. Nesses dois tipos de distração, a seleção dos frequentadores dava-se pelo ambiente reservado, pelo gosto apurado, pelo prazer requintado que excluía os subalternos incapazes de impressionar-se com tais experiências. Entre fins dos anos 1930 e início dos 1940, Cachoeira esteve no mapa das grandes companhias teatrais, como a de Jaime Costa (1930), Ribeiro-Cancela (1941) e Procópio Ferreira (1943). Já os recitais e concertos ocorriam em espaços variados, como no Clube Comercial, na Sociedade Atiradores Concórdia ou mesmo em salões particulares. Os textos jornalísticos marcavam de forma ímpar a quem se destinavam tais eventos artísticos. Termos como

“culto povo cachoeirense”, “sociedade culta”, “alta cultura da nossa sociedade” ou “fina sociedade” delimitavam os frequentadores.

Já as peças ou espetáculos dos *outsiders* eram consideradas desprovidas de valor cultural, em que predominavam recursos cediços e graças vulgares. Os circos e parques de diversões foram alçados ao patamar de lazeres eminentemente populares. O tratamento dado pela imprensa alternava entre a simples publicação da notícia sem nenhuma pompa ou com críticas mordazes. Os frequentadores também eram denominados de maneira diferente.

As diversões mais reservadas da alta sociedade ocorriam nos clubes, sendo os eventos anunciados com termos elogiosos, reunindo o que existia de “mais representativo” em Cachoeira. Os sócios pertenciam ao “mundo elegante de Cachoeira”. Eventos tradicionalmente populares, como a festa são-joanina e o carnaval, ganhavam ares pomposos quando organizados pela elite. O traje servia para barrar indesejáveis. Assim como o preço dos ingressos, o alto valor gasto com as roupas exclusivas selecionava os frequentadores.

Outro evento popular apropriado pela elite foi o carnaval. Na década de 1920-1930, os ambientes fechados e exclusivos passaram à preferência da alta sociedade, tendo em vista as crescentes dificuldades em manter afastados os populares. De forma semelhante aos demais bailes, o carnaval ganhou ares aristocráticos quando feito pela alta sociedade. Nos clubes e sociedades, a elite cachoeirense organizava blocos próprios, dançava, bebia cerveja gelada e licores, além dos doces servidos à vontade.

A plebe divertia-se na praça José Bonifácio, que acabou virando ponto de atração dos que queriam jogar confetes, serpentinas e lança-perfumes, mas não tinham livre acesso aos clubes e sociedades. Diferentemente do carnaval dos salões, o de rua era tratado de forma depreciativa. Para o jornal, os festejos eram “sem nenhum entusiasmo”. No carnaval de 1932, em oposição aos “brilhantes” festejos dos clubes, os divertimentos ao ar livre “correram friamente e sem entusiasmo, apesar da grande massa popular”.

Muitos dos eventos sociais dos clubes e sociedades tiveram explícitas conotações políticas. Em outubro de 1931, foi comemorada a passagem do primeiro aniversário da revolução de Vargas. A elite promoveu suntuoso baile no Clube Comercial, com muito luxo e elegância, conforme a narração do jornal. Já os subalternos participaram da popular quermesse na praça José Bonifácio, onde foram vendidas flores e objetos doados, com renda em benefícios à obra da igreja. A Sociedade Atiradores Concórdia também fez uso dos eventos sociais com finalidades políticas. Em 1934, por exemplo, o festejo no clube de origem germânica começou com vivas para o Brasil e Getúlio Vargas, seguido da execução do hino nacional pela

orquestra e da declamação do hino fascista alemão e de discurso oficial com elogios a Adolf Hitler.

As fronteiras simbólicas, vistas no regramento da conduta social, em atividades de lazer e entretenimento, eram mais tênues nos espaços eminentemente públicos, em especial a rua, que dava mostras da diversidade de civilidade, polidez e urbanidade (Sennet, 1988). Mas o forte êxodo rural, a partir dos anos 1930, desequilibraria os limites simbólicos impostos pelos grupos sociais dominantes.

As praças serviam de palco para confrontos implícitos, muitas vezes obscurecidos pelo verniz civilizador presente nos discursos da imprensa. O *Jornal do Povo* contribuiu para a construção desta visão elitista, na medida em que destacava eventos tidos por “civilizados” e abria espaços para reclamações dos aspectos ditos “desagradáveis” das praças. Era comum registrar eventos elitistas em instantâneos fotográficos e redatores proferirem loas em termos encomiásticos, elogiosos. Frequentemente, a imprensa noticiava *garden-parties*, que ocorriam nas praças em benefício de obras de caridade, patrocinadas por elementos de destaque da sociedade, cujos nomes eram publicados no jornal.

Já os subalternos eram preteridos nessa enunciação. A coluna Notas locais, de 17 de janeiro de 1943, refletiu essa visão ao criticar o desleixo com que as flores e folhagens das praças estavam sendo tratados. O texto culpava implicitamente os subalternos, os novos frequentadores que deveriam saber como se comportar sem precisar de avisos. A solução sugerida foi de incutir neles preceitos elementares de conduta. Outra turbulência imputada aos subalternos foi em termos de zoonose, de animais vagando livremente: vacas, cavalos e, posteriormente, cachorros. A proliferação sem precedentes de cães passou a ser tratada pela imprensa como caso de saúde pública.

Como espaço do ver e ser visto, na rua a elite praticava o *footing*, encontrava conhecidos, estabelecia e fortificava muitas das relações sociais. Nas calçadas, a questão da civilidade mostrava-se de forma derradeira. Mas numa cidade onde a maioria dos prédios foi construída sem recuo, a calçada tornou-se linha divisória entre espaço público e privado. A falta de varanda frontal, por exemplo, criou o hábito de colocar cadeiras nas calçadas das residências, principalmente em noites quentes.

A rua em si também ensejava o enfrentamento entre os grupos sociais distintos. Em 1931, leitor do *Jornal do Povo* escreveu alertando para o fato de que o crescimento urbano implicava a necessidade de noções de tráfego para a população. Era comum crianças brincarem livremente nas ruas ou mesmo existirem os basbaques, sujeitos que vinham de localidades menores e ficavam hipnotizados pela agitação e ritmo frenético da urbe.

Em matéria de trânsito, existia a problemática envolvendo automóveis, carroças e caminhões. As vias públicas locais serviram de passagem de grande parte dos produtos agrícolas, dos hortifrutigranjeiros puxado a cavalo ao arroz transportado em caminhões. Frequentemente, a imprensa denunciava os pecados dos motoristas, como o excesso de velocidade nas ruas centrais e falta de caderneta para condutores. No contexto da circulação, o crescimento urbano exigiu transporte público, para servir de elo de ligação entre as vilas e o centro da cidade. Seguidas reclamações do serviço chegavam à redação, como falta de horários, má vontade de choferes, lotação excessiva e veículos delinquindo.

Afora todas essas modificações ocasionadas pela vinda dos *outsiders*, a elite cachoeirense sentiria o confronto evidente na questão da segurança pessoal e coletiva.

A explosão da subalternidade

Nos anos 1930-1940, o mar de rosas dos estabelecidos desmanchou-se frente às conturbações subalternas, provocadas pelos personagens ou acontecimentos obscuros que feriam o verniz civilizador tão desejado pelos moradores do centro urbano.

Na visão das elites cidadinas, os deserdados do sistema e os problemas que traziam tinham de ser afastados, mantidos fora do cotidiano da sociedade. Eles representavam a outra face da moeda que se desejava encobrir (Pesavento, 1999). A disseminação da representação social negativa, de cunho racista, colocando os integrantes das classes subalternas em situação de inferioridade, fez parte da ideologia nascida no primeiro período republicano brasileiro (Patto, 1999), perpetuando-se mesmo durante o Governo Vargas, quando teve início o processo de institucionalização dos problemas sociais em todo o país (Adorno, 1996).

O tom moralista-religioso convinha perfeitamente para narrar os crimes, como os passionais, delitos causados por alguma espécie de envolvimento afetivo. Para indicar a má índole, eram utilizados termos de pouco apreço, que acabavam entrando no léxico cotidiano. Em 1931, a coluna Noticiário informava sobre o indivíduo que utilizou da racha de lenha para espancar “brutalmente sua amasiada”, mostrando que, apesar de ela ter apanhado, tratava-se de mulher que vivia de forma dissoluta, desregrada, devassa. O jornal explorava a “vida fácil”, na tentativa de mostrar como não deveria ser o proceder feminino. E expunha os envolvidos com a publicação das iniciais, dos nomes completos ou utilizando a célebre expressão “de tal”, em substituição ao sobrenome dos envolvidos, indicando a estirpe do sujeito.

Eram comuns notícias de “defloramento”, considerado a existência de “cópula” com menor de idade virgem.

A virtude moral, questão-chave nos procedimentos jurídicos, atingia a discussão pública levada pela imprensa. A plebe sofria discriminação também aí. O *Jornal do Povo* publicou, em 1931, carta de esclarecimento sobre defloramento ocorrido, onde explicitamente se condenam as atitudes da mãe da menor ofendida. Segundo o autor da carta, a progenitora costumava realizar reuniões dançantes aos sábados, em sua residência, recebendo rapazes que cortejavam suas filhas.

No quesito das virtudes, o tratamento diferenciava as desonradas, mulheres de vida pública, consideradas prostitutas. No início dos anos 30, o baixo meretrício cachoeirense localizava-se nas imediações da zona central, poucas quadras da igreja. Duas casas disputavam a preferência dos frequentadores, preferencialmente marinhaes e praças da guarnição federal. A mais malfadada era denominada pela metafórica designação “Buraco Quente”, analogia figurada que lembrava os objetivos do local. A casa ganhou notoriedade na imprensa pelas violentas brigas, principalmente entre marinhaes que viviam em constantes rixas entre si, mas que se uniam “fraternalmente” contra os intrusos.

A transferência dos prostíbulos de baixa classe para os subúrbios entrou em pauta com a higienização social cachoeirense. A preocupação maior centrava-se na osmose resultante do cruzamento dos trajetos, feitos cotidianamente, pelos frequentadores. O incômodo era porque os “de baixo” usavam a área central remodelada para os cidadãos ditos civilizados, educados e bem vestidos.

Mas o baixo meretrício não era o único local a oferecer prazer. Os “de cima” igualmente frequentavam bordéis, mas denominavam esses locais de “pensões”, embora existisse a diferenciação entre prostíbulos e pensões familiares. O público era selecionado a partir de preços maiores cobrados pelas prostitutas. A elite aceitava a prostituição como o mal necessário que servia para manter unidos os laços familiares. Mas para a prática sexual tranquila era necessário segurança. Assim como em outros quesitos, a devassidão exigia distinta segregação social em guetos próprios.

A jogatina também atingia tanto elite quanto subalternos, embora a condescendência diferenciase os envolvidos. Entre a elite, o jogo era aceito por fazer parte da vida social. Na organização dos bailes beneficentes em prol de alguma entidade comunitária, a obtenção de renda dava-se através de passatempos como a tômbola. Nos cafés, predominava o carreado ou a sinuca.

Dentre as possibilidades de ganhos através de apostas, o jogo do bicho foi o mais difundido e aceito por todos, transitando num universo dualista, entre “vício” e “jogo inocente”; por esta razão, sua rápida popularização. A culpabilidade seria invocada quando subalternos

envolviam-se com o jogo, transmutando-se para hábito muito mais visto pela ótica do vício, do defeito grave, da inclinação para o mal, do desregramento habitual, em que o jogador tinha conduta censurável e condenável; portanto, era costume prejudicial que deveria ser combatido. De maneira geral, na jogatina eram atribuídas maiores responsabilidades aos *outsiders*, normalmente associados a atitudes que acabavam em graves conflitos criminais, a lugares que predispunham ao crime e à violência desmedidos, como os “antros”, lugar de perdição, corrupção, vícios, típicos da malandragem.

Semelhantes questões que envolviam a narrativa da jogatina estavam presentes no caso do alcoolismo. Para a elite, beber era entrosar-se socialmente. Para os subalternos, ingerir álcool era vício repugnante. A forma como aparece na imprensa reflete essa situação discriminatória, a começar pelas próprias palavras utilizadas: “bebida” e “álcool”. Dependendo dos atores, o ato de beber podia ser narrado de forma virtuosa ou prejudicial; “bebendo” na coluna social ou “embriagando-se” nas crônicas policiais.

A discriminação atingiu a chamada “infância pobre”. Como se imitassem os exemplos dos adultos delinquentes, os menores envolviam-se em brigas e praticavam molecagens. Comumente publicavam-se notícias denunciando conflitos entre jovens. A descrição era extremamente semelhante à dos maiores de idade, incluindo conotações sobre trabalho: “sem ocupação”, “perturbando o serviço dos que trabalham”, “desrespeitando a família”. Por analogia, a imprensa imputava à periculosidade infanto-juvenil caráter semelhante aos animais vadios que perambulavam nas ruas centrais.

As consequências a que estavam sujeitos os menores também não diferiam muito. A situação de perigo levava à prática das detenções sistemáticas, colocando os menores muitas vezes nas mesmas acomodações que os presos maiores de idade. Essa exigência da privação de liberdade era inclusive dada como solução para o problema. Era comum prenderem menores que perambulavam nas ruas após certo horário.

Todas essas questões tinham a ver com o Estado policialesco, instaurado para conter os “de baixo”, mantê-los afastados do dia a dia do círculo social da elite. A ebulição do período aparece nas páginas da imprensa local. As notícias das ocorrências delituosas mostravam certo exagero. A “ação dos gatunos” ou “atividades dos amigos do alheio” desenvolviam-se em ritmo “febril”, “numa alarmante sequência de arrombamentos e furtos”. Um “avultado” roubo em 1933 levou a crer que Cachoeira havia sido “invadida” por “bando de criminosos”.

O discurso da imprensa cachoeirense auxiliava na legitimação do encarceramento dos subalternos, inclusive com descrições detalhadas do *modus operandi* da polícia

que buscava certo perfil dos criminosos, como na notícia publicada em 1930, relatando a chegada de indivíduo de “cara discutível”. O tamanho da cidade e sua própria localização afastadas dos demais centros urbanos – acessível somente por trem ou estradas de terra – consolidava o estado de vigilância montado pela polícia. Os larápios vindos de fora tinham dificuldades em praticar crimes, visto as dificuldades da fuga.

Frequentemente, o *Jornal do Povo* publicava com ênfase o recolhimento de subalternos ao xadrez. Em 1933, elogiou o delegado por ter prendido cerca de 30 indivíduos, entre “desordeiros”, “vagabundos” e “ladrões contumazes”, colocando-os em atividades comunitárias – “ocupação de real proveito para a coletividade” – como limpar ruas e reparar estradas do interior.

A todos que a elite refugava do convívio social somavam-se os tipos miseráveis ou diferentes, que perambulavam pelas ruas de Cachoeira. Numa visão alegre e otimista do passado cachoeirense, em várias edições da revista *Aquarela*, Humberto Guidugli relembrou alguns desses tipos esdrúxulos que dividiam espaço com a elite cachoeirense, antes das transformações urbanas dos anos 1920, como Jacinto Bastos, “preto como a noite mais escura”, baixo, manco, mais de 60 anos, fisionomia tétrica, principalmente quando ria, e defeituoso nas costas. Quando caminhava, gesticulava e gingava espantosamente, enquanto emitia sons cavernosos, dando a impressão de verdadeiro urso, motivo do seu apelido. Outro era “Negro Osório”, que “bebia tanto que seu rosto preto ficava lustroso e mais aveludado”. Ou Bonifácio, maltrapilho que vivia na praça central e frequentemente falava sozinho.

Como complemento do saneamento e das transformações urbanas da zona central, efetuadas no primeiro quartel do século XX, foi preciso retirar de cena aqueles que não combinavam com a nova paisagem desejada. Logo nas primeiras edições em 1929, o *Jornal do Povo* abriu espaço para noticiar os miseráveis urbanos, quase sempre com adjetivos pejorativos e detalhes fisionômicos, na tentativa de traçar o caráter dos desvalidos e exigir solução das autoridades. Assim como em outras notícias impugnando os indesejáveis, o jornal iniciava com a descrição irônica do sujeito, procurando dar tom valorativo à sua ação, mas tentando mostrar justamente o contrário, com intenção depreciativa e sarcástica.

Considerações finais

Tentei mostrar neste artigo que o impacto dos *outsiders* na ocupação do espaço urbano central cachoeirense incorreu, segundo o *Jornal do Povo*, na desorganização da ordem imposta pela elite local. Entendo que essa “invasão bárbara” foi tão avassaladora para a elite que esse período

permaneceu na memória das gerações seguintes. Nos anos 1980-1990, a nostalgia que acabou potencializada em Cachoeira do Sul fora posta como algo generalizado para toda coletividade e não somente de determinada parcela da população, como era de fato.

Entendo que, no recôndito desse sentimento nostálgico, está a perda do espaço público, ocupado preferencialmente pela elite, espaço outrora pasteurizado, livre dos incômodos dos subalternos. O que incomoda esses nostálgicos é a diversidade urbana, imagem não-homogênea que se distancia da cidade dos anos 1920, imagem que tomou forma mais aproximada da fisionomia dos *outsiders*, dos migrantes subalternos que invadiram Cachoeira nas décadas subsequentes a 1930, imagem da cidade com problemas comuns a outras tantas médias e grandes aglomerações.

De uma forma geral, é a incapacidade que muitos têm de lidar com o diferente, o estranho, aquele que não age conforme o esperado, conforme a chamada maneira “civilizada”. Os nostálgicos de Cachoeira do Sul teriam reduzida capacidade de aceitar a diversidade, num típico conservadorismo retrógrado, que impede maiores liberdades de movimento, arejar as mentalidades, oxigenar atitudes e opiniões. Neste sentido, o *Jornal do Povo* sintetiza o espírito dos nostálgicos cachoeirenses, através da incapacidade de lidar com pensamentos contrários aos seus, num discurso que se diz democrático, mas que esconde a unicidade de opinião, numa realidade diária de jornalismo sensacionalista e mexeriqueiro, que alimenta exaustivamente picuinhas pessoais.

Encerro com a análise de Le Goff (2008) sobre a memória coletiva e sua relação com a história, quando diz que é possível entender o quanto no resgate do passado da comunidade confrontam-se versões diferentes, algumas mais impositivas, outras mais recessivas, todas lutando pelo poder de enunciação da verdade histórica, pela própria sobrevivência e promoção da sua identidade. Segundo ele, entender o passado não é somente algo que se conquista diariamente, mas algo que serve como instrumento e objeto de poder. Nesse sentido, a prioridade daqueles que se debruçam sobre a história deve ser lutar pela democratização da memória social, com objetividade científica. Em outras palavras, trabalhar de forma que esta [re]memorização sirva para libertar e não para tornar a comunidade ainda mais servil.

Referências

- ADORNO, S. 1996. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos Históricos*, 18:283-300.
- BENJAMIN, W. 1987. Sobre o conceito de história. In: W. BENJAMIN, *Obras escolhidas 1: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 229-231.

- BERMAN, M. 2007. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 472 p.
- BOURDIEU, P. 1998. *A economia das trocas linguísticas: o que falar o que dizer*. 2ª ed., São Paulo, Edusp, 190 p.
- BOURDIEU, P. 2002. *O poder simbólico*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 322 p.
- BRUM, A.J. 1988. *Modernização da agricultura (trigo e soja)*. Petrópolis, Vozes, 200 p.
- CERTEAU, M. de. 1994. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- CERTEAU, M. de. 1996. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 372 p.
- CORBIN, A. 1989. *O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Cia. das Letras, 385 p.
- ELIAS, N. 1994. *O processo civilizador: volume 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 307 p.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 224 p.
- HOCHMAN, G. 1993. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Revista Estudos Históricos*, 6(11):40-61
- JESUS, G.M. de. 1998. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, 23:17-39.
- LE GOFF, J. 2008. *História e memória*. 5ª ed., Campinas, Editora da Unicamp, 385 p.
- LUZ, M.T. 1982. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro, Graal, 236 p.
- MÜLLER, C.A. 1998. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS, Banrisul/Gazeta Mercantil RGS, 288 p.
- PATTO, M.H.S. 1999. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, 13(35):167-198. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100017>
- PESAVENTO, S.J. 1980. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 192 p.
- PESAVENTO, S.J. 1983. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 226 p.
- PESAVENTO, S.J. 1999. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, 19(37):195-216.
- PIMENTEL, F. 1941. *Aspectos gerais de Cachoeira*. Porto Alegre, Tipografia Gundlach, 216 p.
- SENNET, R. 1988. *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 447 p.
- WEBER, B.T. 1999. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *Revista História das Ciências da Saúde*, 5(3):583-601.

Submetido em: 13/03/2009

Aceito em: 15/03/2010

Jeferson Francisco Selbach
Universidade Federal do Maranhão
Av. dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga
Centro de Ciências Sociais, Bloco E, sala 304
65085-580, São Luis, MA, Brasil